



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2025 a 31/07/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/12

115.2025	Sessão Ordinária - CD	01/07/2025-15:04
Publ.: DCD - 02/07/2025 -	Zé Neto-PT -BA	
53	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a queda da taxa de desemprego no Brasil, que atingiu 6,2% entre março e maio, o menor índice desde 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Citou o crescimento do PIB, a baixa da inflação e o lançamento dos Planos Safra da Agricultura Familiar e da agroindústria, que somam mais de R\$ 600 bilhões. Defendeu uma reforma fiscal progressiva, com menos impostos para os mais pobres e maior tributação sobre os super-ricos. Comemorou também a produção do primeiro carro da BYD em Camaçari (BA), ressaltando o papel do Governador Jerônimo Rodrigues para o desenvolvimento do setor automobilístico no País.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta semana, o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística anuncia mais uma queda do índice de desemprego no Brasil e que 39 milhões de pessoas estão empregadas e registradas.

Quero dizer a V.Exa. que, no trimestre de março a maio, a taxa de desemprego foi de 6,2%, com redução em relação ao ano passado da ordem de 0,6%, ou seja, estamos com a menor taxa de desemprego da história recente do Brasil, a contar de 2012 para cá.

Além disso, o PIB está em alta, e a inflação, em baixa. Este ano, não vamos ter a crise dos alimentos. Aliás, de ontem para hoje, o Governo lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, com mais de 90 bilhões, e hoje lança o da agroindústria. Os dois juntos somam mais de 600 bilhões.

Quero dizer isso, Sr. Presidente, porque nós temos que botar o pé no chão e saber que esta Casa Legislativa tem a obrigação de fazer a sua parte perante o Governo, perante o comando do Estado brasileiro, para ajustar a parte fiscal e a parte tributária do nosso País, para que os pobres paguem menos imposto, para que aqueles que estão lá em cima, os super-ricos, como nós os chamamos,



paguem imposto como devem pagar, e para que tenhamos no Brasil, como há no mundo inteiro, uma política fiscal de progressividade: quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos. O setor produtivo deve ter uma carga tributária cada vez mais justa e menor. É dessa forma que o mundo caminha e é dessa forma que o Brasil deve caminhar, com o apoio do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, eu queria daqui saudar o Governador Jerônimo Rodrigues. O primeiro carro produzido pela BYD no Brasil foi produzido na cidade de Camaçari, na nossa querida Bahia, e hoje ele foi testado lá, com a presença do nosso Governador Jerônimo, de todo o aparato do nosso Governo e da Direção da BYD no nosso Estado na Bahia. Isso é um salto extraordinário para o desenvolvimento do nosso Estado, Sr. Presidente, mas também foi o grande carro-chefe para os investimentos necessários no setor automobilístico deste País. V.Exa., que hoje está presidindo esta Casa, é baiano e sabe da importância de ter a BYD instalada na Bahia. Havia certa sonolência do setor automobilístico, Sr. Presidente, com relação aos investimentos em carros elétricos, em carros híbridos. Depois da chegada da BYD, todo mundo enxergou, o Brasil passou a enxergar o que o mundo já enxergava, que são necessários investimentos no setor automobilístico, inovação, tecnologia, para geração de emprego e renda e redução do preço dos carros.

O Governador Jerônimo teve um papel importantíssimo tanto no desenvolvimento da Bahia quanto no desenvolvimento da cadeia produtiva automobilística do Brasil.

Parabéns, Governador Jerônimo!

Parabéns, BYD!

Parabéns, Bahia!

Documento 2/12

115.2025	Sessão Ordinária - CD	01/07/2025-15:08
Publ.: DCD - 02/07/2025 - 54	Alfredinho-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o falso moralismo de colegas do PL e questionou a ausência de representatividade popular nas decisões do Parlamento. Relatou visita à moradora Maria Antonieta, em São Paulo, para exemplificar como a população mais pobre não é afetada por tributos como IOF, LCA ou LCI, pois sequer tem renda para incidir sobre esses instrumentos. Defendeu uma reforma



tributária progressiva, na qual os mais ricos contribuam mais, e repudiou o lobby empresarial que influencia votações contra os interesses populares. Reafirmou seu compromisso com as causas dos mais pobres, destacando sua origem e atuação nas periferias.

O SR. ALFREDINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu vejo Deputados do PL irem para aquele microfone e vomitarem moralismo. Eles esquecem que há Deputado nos Estados Unidos recebendo dinheiro público, de assessoria — e alguns até pouco tempo estavam recebendo salário —, não dizem que os palhaços dos contribuintes, como o Deputado acabou de falar — e eu não penso que os contribuintes são palhaços —, é que pagam por isso. Esse falso moralismo é feio.

Mas eu queria falar de uma coisa importante. Eu cheguei a esta Casa sabendo de onde eu vim e sabendo para que vim. Eu vejo este debate de ricos contra pobres, de que esta é a Casa do Povo, e eu não vejo o povo nesta Casa. O que eu vejo aqui são empresários fazerem *lobby* todas as vezes em que se votam ou estão pautados projetos que exigem um pouquinho de cobrança, um pouquinho a mais de contribuição, para colaborarmos com aqueles que mais precisam. Eu vejo aqui empresário fazer *lobby*, pressionar Deputados. O resultado final é sempre contra os pobres.

Por que eu estou falando isso? Quero citar a D. Maria Antonieta, da Chácara Santo Amaro, Bairro de São Paulo, que visitei no domingo e que mora numa casa de chão batido, em São Paulo, a cidade mais rica do País, a quinta maior do mundo, a que tem uma previsão orçamentária para o ano que vem de 129 bilhões de reais — esse é o terceiro maior orçamento do País, só perde para o da União e para o do Estado de São Paulo. Está lá. Ela não tem problema nenhum com o IOF, nem com a LCA, nem com a LCI. Sabem por quê? Porque ela não paga nada disso, porque ela não ganha para pagar isso.

Eu vejo aqui alguns Deputados que votaram contra o decreto — aliás, a favor do decreto do IOF — subirem à tribuna com números falsos, o que eu vejo muito nessas tribunas, e dizerem que estão querendo cobrar imposto, mas não dizem de quem. Não é nem cobrar imposto, é exigir que aquele que tem mais pague, que contribua um pouquinho mais do que aquele que não tem, porque quem não tem nada não pode contribuir com o que não tem, porque não tem nada.

O único jeito de fazermos com que a D. Maria Antonieta, que mora numa casa de chão batido na capital de São Paulo, tenha uma condição de vida um pouco melhor é fazer o rico entender que ele precisa contribuir um pouco mais, para que possamos eliminar a pobreza ou pelo menos diminuir a pobreza neste País.

Não vim para cá para defender grupos econômicos, eu vim para cá para defender o meu povo pobre. Foi de lá que eu saí, é lá onde estou, é lá que eu



ando, é lá que eu vivo.

Portanto, conte comigo, porque de tudo o que chegar aqui para ajudar o pobre eu estou junto.

Sr. Presidente, peço que esta minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 3/12

118.2025	Sessão Ordinária - CD	02/07/2025-15:44
Publ.: DCD - 03/07/2025 - 80	Patrus Ananias-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado propôs uma reflexão sobre a profunda desigualdade social no Brasil, que, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, também figura entre os países mais injustos. Relacionou essa desigualdade às raízes históricas da escravidão e à ausência da aplicação efetiva do princípio da função social da propriedade. Defendeu a importância da tributação justa e progressiva para financiar políticas públicas essenciais como saúde, educação e segurança. Afirmou que é necessário que os que têm mais contribuam mais, enquanto os mais pobres sejam apoiados, garantindo um futuro com mais justiça social. Concluiu propondo um debate sério e responsável na Câmara sobre a reforma tributária, sem polêmicas, mas com compromisso com o bem comum.

O SR. PATRUS ANANIAS (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputado Icaro, que preside aqui os nossos trabalhos, quero saudar as colegas e os colegas Parlamentares aqui presentes.

Na verdade, eu quero fazer aqui uma reflexão. Não quero entrar em uma discussão muito polêmica.

Trago um dado objetivo: o Brasil é um país esplêndido, com todas as suas potencialidades, e nós somos um país muito desigual. Estamos entre as maiores economias do mundo, em sexto, sétimo lugar, e estamos entre os primeiros países mais injustos e desiguais do mundo. Esse é o ponto de partida da nossa reflexão para nós corrigirmos essas desigualdades históricas, que têm raiz na escravidão ligada às grandes propriedades, que nunca foram, no Brasil,



limitadas do ponto de vista do bem comum. Nunca aplicamos o princípio da função social da propriedade rural e urbana. E essas questões se refletem muito hoje na pobreza, nas injustiças e nas desigualdades do Brasil.

Quem tem experiência de administração pública, pensando no bem comum, pensando na vida de todas as pessoas, especialmente nos mais empobrecidos, naqueles que, nas palavras de Jesus de Nazaré, têm fome e sede de justiça, sabe que as políticas públicas que promovem a vida e que promovem o bem comum exigem dinheiro.

A educação pública de qualidade, desde a educação infantil à universidade pública, exige investimentos, com formação de professoras e professores qualificados. A saúde pública de qualidade, a prevenção de enfermidades, o acolhimento das pessoas que carecem de assistência médica exigem recursos. A segurança pública de qualidade... O Brasil enfrenta hoje essa terrível tragédia do crime organizado. Para nós enfrentarmos a violência no País, garantirmos a vida das pessoas, precisamos de políticas públicas, de segurança pública de qualidade.

Nós sabemos, então, que os impostos são necessários. É preciso pôr em prática um princípio segundo o qual quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode recebe, se necessário for, para que seus filhos e netos venham a contribuir no futuro.

Peço mais 30 segundos, Presidente.

Então, colegas Parlamentares, sem nenhum tom polêmico, sem nenhuma provocação, eu quero propor a esta Câmara um debate sério sobre a questão dos tributos, dos impostos, considerando sempre as exigências nacionais, as exigências do povo brasileiro a uma vida digna.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado, colegas.

Documento 4/12

118.2025	Sessão Ordinária - CD	02/07/2025-17:00
Publ.: DCD - 03/07/2025 - 119	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado informou ao Plenário que o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 128, de 2025, de sua autoria, que prevê a redução de 10% dos benefícios fiscais em todo o País, alcançou 259 assinaturas para tramitação. Esclareceu que o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, em debate, regula e traz



transparência aos incentivos fiscais, mas não reduz o total concedido, enquanto o PLP nº 128, de 2025, representa a medida efetiva de corte. Também ressaltou a importância da avaliação quinquenal dos incentivos, prevista na Emenda Constitucional 132 da reforma tributária, e agradeceu o apoio dos partidos para votação em breve de seu projeto.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero só informar o Plenário de que acabamos de conseguir as 259 assinaturas para tratar do PLP 128/2025, que trata, esse sim, da diminuição em 10% de todos os benefícios fiscais do País.

Esse projeto que nós estamos votando agora é importante para efeitos de regulamentação — a LRF vai disciplinar o que é um incentivo e assim por diante —, mas esse projeto em nada, absolutamente em nada, reduz o total de incentivos, que é a matéria sobre a qual todos estamos conversando aqui. Absolutamente em nada!

Obviamente, regular melhor, dar mais transparência e exigir 5 anos de avaliação... Aliás, a Emenda Constitucional nº 132, da reforma tributária, já faz isso. Portanto, esse projeto tem essa relevância.

Quero agradecer aos partidos que assinaram a urgência. Isso significa que, na próxima semana, nós poderemos votar. Esse, sim, cortando 10%, não só — atenção, Sras. e Srs. Deputados — dos benefícios tributários, 800 milhões de reais, mas também dos creditícios e financeiros, que são mais 140 bilhões de reais. Contribuição...

(Desligamento do microfone.)

Documento 5/12

118.2025	Sessão Ordinária - CD	02/07/2025-20:12
Publ.: DCD - 03/07/2025 - 182	Erika Kokay-PT -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o silêncio da oposição diante da queda do dólar e da inflação de alimentos, ao mesmo tempo em que atacam medidas que buscam justiça tributária. Defendeu o decreto do IOF que aumentaria a taxa sobre aplicações milionárias em previdência privada e equalizaria alíquotas entre grandes empresas e pessoas físicas. Afirmou que a oposição atua para proteger super-ricos e se opõe à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Também destacou avanços do Governo Lula, como a redução histórica do



desemprego, o combate à fome e a política de cashback da reforma tributária. Por fim, repudiou tentativas de anistiar envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, classificando-os como criminosos que atentaram contra a democracia, e afirmou que a população brasileira quer justiça social e igualdade.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - A verdade é que vários desses Parlamentares que capturaram a política pelo ódio e pela própria mentira, que têm um negacionismo absolutamente estrutural, porque negam a realidade, subiram várias vezes àquela tribuna para falar do aumento do dólar. E eles não falam agora que o dólar está caindo.

Ah, subiram várias vezes para falar do aumento do preço dos alimentos. E nós tivemos, na prévia da inflação de junho, uma queda no custo dos alimentos. O preço do ovo de galinha, que foi tão falado aqui, caiu quase 7%. Caiu o preço do tomate, o preço do arroz, o preço das frutas, mas eles se calam.

Ao mesmo tempo, eles se calam sobre o que esta Casa vivenciou com relação ao decreto do IOF: uma tentativa de proteger as grandes fortunas. Vejam que, no decreto do IOF editado pelo Presidente Lula, havia a taxa, prevista para o próximo ano, de quem aporta no mínimo 600 mil reais em previdência privada. Seria quem paga todas as suas dívidas, arca com todas as suas despesas e tem de sobra para investir, em um ano, 600 mil reais. E o decreto queria cobrar deles.

Por que o trabalhador tem que ser taxado — e eles não reclamam disso —, e não têm que ser taxadas as grandes fortunas? Vejam que grandes empresas milionárias com faturamento milionário pagam uma alíquota de IOF que é praticamente a metade da alíquota que pagam as pessoas, por exemplo, a D. Maria, o Seu João. O que propunha o decreto? Igualar a alíquota das grandes empresas, das milionárias empresas, à alíquota dessas pessoas. E eles derrubaram esse decreto. Derrubaram porque desnudaram a sua opção pelos super-ricos neste País.

O Governo Lula encaminhou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. E é óbvio que, para quem ganha até 7 mil reais, vai haver uma redução gradual do Imposto de Renda. E eles reclamam, reclamam, reclamam. Ao mesmo tempo, o Governo sugeriu que quem ganha a partir de 600 mil reais ao ano comece a ter uma alíquota progressiva, que chegará no máximo a 10% no caso de quem ganha por volta de 1 milhão de reais em rendimentos ao ano. Isso vai atingir por volta de 140 mil pessoas no Brasil. E a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a redução do IR de forma gradual para quem ganha até 7 mil reais vão beneficiar 25 milhões de pessoas.

Desses que estão aqui dizendo "*derrubamos o IOF*" — o Governo buscava taxar os ricos e ter recursos para políticas sociais —, uma parte substancial votou contra a isenção do imposto para a cesta básica, que é fundamental para



o conjunto da população brasileira. Portanto, está desnudada a opção de parte deste Parlamento por preservar as grandes fortunas e ficar de costas para o povo brasileiro.

Eles querem um impacto de 12 bilhões de reais no Orçamento. Eles querem que esses 12 bilhões de reais saiam dos programas sociais. Alguém aqui falou: *"Não, o fundamental para eliminar a fome e a pobreza é o emprego"*. Tem razão, tem razão. Por isso, o Governo Lula está com a menor taxa de desemprego de toda a história recente. Está gerando empregos, empregos formalizados, e, ao mesmo tempo, tirando o Brasil da fome, que eles acham que é natural.

Eles acham que a fome é natural. A fome não é natural, não é natural! Quem viveu a fome, como Lula viveu, sabe o que significa a fome. Tem razão Betinho quando diz que quem tem fome tem pressa — pressa de cidadania. O Brasil está saindo das garras da fome com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós aprovamos aqui uma reforma tributária que busca, para as pessoas de baixa renda, o *cashback*, a devolução do que gastaram com serviços como gás e energia. Aliás, está-se ampliando o programa do gás, que pode chegar à população de baixa renda. Vocês se lembram de que a população estava usando álcool e lenha para cozinhar, dos muitos acidentes em que as pessoas se queimavam. Agora o Governo Lula está trabalhando na perspectiva de que ninguém tenha que colocar em risco a sua própria integridade ou a sua vida porque não tem como comprar o gás.

Esses Deputados não querem um Brasil mais igual, eles não querem um Brasil mais igual! Se você diz que esses que ganham 600 mil reais ou mais do que isso, até por volta de 1 milhão de reais, têm que pagar 10%, eles dizem: *"Não! Não! Aumentar imposto para rico não é permitido"*. É uma vergonha, é uma vergonha! Estão de costas para o povo brasileiro.

E vêm aqui defender aqueles que atentaram contra a democracia. Querem anistiar aqueles que depredaram os três Poderes. Aliás, tem razão Lula ao dizer que uma pessoa que pede anistia antes de ser condenada sabe exatamente o crime que cometeu.

Os vândalos, no dia 8 de janeiro, não estavam isolados de um processo de articulação para insuflar o atentado contra a própria democracia. Havia um caminhão cheio de explosivos que seria acionado perto do Aeroporto de Brasília.

Eles querem anistiar quem quase matou uma policial em frente ao Congresso Nacional! Eles querem anistiar quem tramou a morte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin e do Ministro Alexandre de Moraes. Querem anistiar criminosos — criminosos! —, querem que eles não paguem pelos crimes que cometeram. Acham que a democracia tem que



ser pisoteada com as botas, literais e metafóricas.

O Brasil resistiu a tudo isso porque as instituições disseram "não" ao próprio golpe.

Aqui eles querem anistiar criminosos e golpistas e querem dizer que a população está apoiando essa proposição.

É bom lembrar que houve uma manifestação no último domingo que tinha pouco mais de 12 mil pessoas. Era a manifestação em que eles queriam dizer que o povo estava apoiando a anistia de criminosos e golpistas e que o povo estava contra a democracia. O povo não foi, o povo não participou. Foi uma "minifestação", uma manifestação minúscula, minúscula.

O que o povo brasileiro quer é um país mais justo, onde os super-ricos paguem impostos, onde o pobre possa ter dignidade e cidadania. Por isso, elegeu Luiz Inácio Lula da Silva.

Documento 6/12

124.2025	Sessão Ordinária - CD	08/07/2025-14:44
Publ.: DCD - 09/07/2025 -	Jorge Solla-PT -BA	
63		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o processo democrático de eleições internas do PT, destacando a vitória de Edinho Silva no Diretório Nacional e de Tássio Brito na Bahia. Também chamou atenção para os debates em curso no Congresso, especialmente sobre a reforma do Imposto de Renda. Criticou a resistência de uma minoria de super-ricos à tributação da renda e defendeu isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Ao final, reforçou a necessidade de tributar cassinos virtuais, grandes bancos e setores altamente lucrativos.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero manifestar a minha satisfação com o processo eleitoral interno do Partido dos Trabalhadores. Quero parabenizar o Presidente eleito para o Diretório Nacional, Edinho Silva; o Presidente eleito para o Diretório Estadual da Bahia, Tássio Brito, e registrar a importância dessas eleições do PT.

O PT é o único partido que chama os seus filiados para elegerem os dirigentes



em todos os níveis de governo. Essa é uma prática muito importante, Presidente, e precisa ser fomentada, ampliada, para fortalecer a democracia e o sistema partidário.

Eu quero registrar que esta é mais uma semana em que teremos matérias importantes em debate no Congresso. Teremos agora reunião da Comissão Mista de Orçamento e da Comissão Especial que está debruçada sobre a questão do Imposto de Renda, da qual também faço parte. Nós não podemos perder a oportunidade de realizar uma reforma tributária neste País, para reduzir a injustiça do nosso sistema tributário, especialmente no que diz respeito à taxação da renda.

Não é possível que 90% da população brasileira não venha a ser beneficiada com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Não é possível que aqueles que ganham entre 5 mil reais e 7 mil reais não possam ter uma redução da taxação do Imposto de Renda, apenas porque 140 mil brasileiros — eu vou repetir: 140 mil brasileiros — super-ricos não querem pagar imposto neste País. Onde já se viu uma parcela da população, exatamente a mais privilegiada, aqueles que não vivem de salário, os que vivem do capital financeiro, quererem continuar sem pagar nada. Isso é um absurdo!

Da mesma forma, já passou da hora, Presidente, de haver taxação pesada sobre esses cassinos virtuais. Como um país que proíbe o jogo presencial, físico, um país em que não pode haver cassino, permite que, no mundo virtual, haja cassinos? E, além de poderem funcionar de forma *on-line*, podem meter a mão no bolso do brasileiro sem pagar imposto no nosso País.

Além disso, não é possível que o capital financeiro, o capital bancário, os grandes bancos, as *fintechs* continuem sendo hoje os mais lucrativos empreendimentos, sem pagar o imposto devido em nosso País.

Não é possível também que isenções de bilhões de reais continuem sendo feitas para setores que não deveriam ter isenção dessa natureza, porque têm margem de lucro gigantesca.

Nós precisamos fazer justiça tributária. Tenham certeza de que este é o momento mais adequado, com o Presidente Lula. Nós temos a oportunidade de fazer com que 90% da população brasileira não pague Imposto de Renda e que apenas 140 mil paguem, no máximo, 10%.

Vejam que coisa absurda! Nós estamos propondo que eles paguem no máximo 10% de imposto, enquanto a maioria dos assalariados paga em impostos índice muito superior a esse.

Presidente, peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* esse nosso depoimento, essa nossa fala, com a certeza de que o povo brasileiro começa a entender o que acontece no sistema tributário brasileiro. O povo brasileiro começa a entender que ele, que ganha 4 mil reais, 3 mil reais, paga Imposto de



Renda, enquanto quem ganha 150 mil reais, 200 mil reais, 500 mil reais não paga Imposto de Renda em nosso País. Essa é uma injustiça que precisa ter fim, precisa acabar.

Felizmente, o povo brasileiro está começando a entender isso. Os meios de comunicação, por mais que tentem criar obstáculos a essa compreensão, não conseguem mais esconder a triste realidade da injustiça que é o sistema tributário em nosso País, especialmente no que diz respeito à renda.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais é uma bandeira fundamental de luta para mudar a realidade da maioria da população brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 7/12

124.2025	Sessão Ordinária - CD	08/07/2025-16:00
Publ.: DCD - 09/07/2025 - 84	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado avaliou os avanços da reforma tributária do consumo e cobrou a votação da reforma da renda e do patrimônio, com destaque para o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda trabalhadores com renda de até cinco mil reais. Criticou a regressividade do sistema tributário e defendeu que a diferença seja compensada por contribuições de 149 mil brasileiros com renda elevada. Alertou para os impactos da extinção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e cobrou do Ministro Fernando Haddad definição sobre a manutenção dos fundos constitucionais. Ademais, condenou a elevada taxa de juros no crédito rotativo e a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem autorização. Por fim, anunciou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS no segundo semestre e defendeu que o Parlamento contribua para a reforma administrativa, previdenciária e tributária.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, surgiu aqui, neste Parlamento, a PEC da reforma tributária do consumo. Nós conseguimos aprovar essa PEC



e, depois, o projeto de lei que a regulamentou.

Entendo que nós avançamos muito, mas é óbvio que poderíamos ter avançado mais, haja vista o Imposto Seletivo que trata da questão ambiental e da saúde, que é muito tímido. Em torno de cinquenta produtos comercializados no Brasil são comprovadamente danosos à saúde do cidadão. Esses produtos são conhecidos por parte da população. Esses produtos causam danos à população. Deputado Dr. Zacharias Calil, V.Exa. é um excelente médico e sabe disso. Alguns desses produtos, contraditoriamente, estão na cesta básica. É o caso do açúcar e da margarina, considerados produtos ultraprocessados.

Entretanto, a reforma foi um verdadeiro avanço. A partir de janeiro do próximo ano, o Brasil experimentará um sistema tributário simplificado. O cidadão terá direito à transparência. O cidadão, que paga imposto, saberá com clareza quanto está pagando e para quem está pagando. Isso valerá para o tributo federal, para o tributo estadual e para o tributo municipal. Isso estará na nota fiscal.

Havia um compromisso por parte do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad: assim que nós votássemos essa reforma, nós votaríamos a reforma da renda e do patrimônio. Nós temos, nesta Casa, um projeto que trata dessa questão da renda, que isenta do Imposto de Renda o trabalhador que ganha até 5 mil reais.

Lembro que, no Brasil, a gente paga Imposto de Renda sobre a inflação. Isso é uma invencionice brasileira. A inflação é corrigida, mas o limite do valor do Imposto de Renda pago pelo trabalhador não é corrigido.

Com a isenção do Imposto de Renda para o trabalhador que ganha até 5 mil reais, nós vamos garantir que 90% dos trabalhadores brasileiros sejam isentos de pagar esse imposto. De cada dez cidadãos, nove serão isentos ou pagarão uma tarifa reduzida.

Isso é um avanço grande, mas não é o que nós queremos. Por quê? Sr. Presidente, nós precisamos fazer a correção. Hoje, sobre a renda, o trabalhador pobre é quem, proporcionalmente, mais paga imposto.

Quem vai compensar essa diferença da isenção do Imposto de Renda, que terá impacto na receita? Cerca de 149 mil brasileiros pagarão essa diferença.

A renda do trabalhador pobre está comprometida com cesta básica, energia elétrica, aluguel, medicamento e transporte, basicamente. Isso tem sobrecarregado essa classe trabalhadora.

Por isso, hoje, nesta tribuna, eu quero fazer um apelo ao Presidente Hugo Motta e à Mesa Diretora, a fim de que discutamos a reforma da renda e do patrimônio. Não é justo que o trabalhador pobre, sobre a sua renda, tenha que pagar mais imposto, em benefício de quem tem mais e de quem ganha mais. Isso não é justiça social. Esse valor do IVA, estimado em 26% quando nós votamos a reforma tributária, é muito alto — muito alto! — para quem tem



uma renda comprometida com o consumo. Por isso, eu venho aqui fazer esse apelo.

Outro apelo que faço é para que o Ministro Fernando Haddad encaminhe para este Parlamento uma definição de como ficarão os fundos, principalmente, Deputado Charles Fernandes, o Fundo de Participação dos Municípios, FPM, e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, FPE. Lembro que o FPM é uma das maiores fontes de renda da maioria dos Municípios brasileiros.

Por que eu tenho essa preocupação? Porque o FPM é composto com o IPI e o Imposto de Renda. Com a extinção do IPI, como ficará o FPM? Esse impacto no FPM trará desdobramentos. Não podemos ter como reflexo disso a diminuição dos recursos do Fundeb, haja vista que o FPM e o ICMS compõem essa cesta de fontes de recursos desse fundo muito importante.

Eu quero fazer esse apelo ao Ministro Fernando Haddad, no sentido de que encaminhe a este Parlamento essa definição de como ficarão os fundos. Nós não podemos ficar à mercê da decisão do Ministro da Fazenda, com todo o respeito. Nós precisamos regulamentar e garantir a distribuição desses recursos pelo novo modelo de distribuição.

Sr. Presidente, amanhã, na Comissão de Finanças e Tributação, teremos a presença do Presidente do Banco Central, que é importante, pois o Banco Central tem uma grande preocupação com a inflação. Lembro que a diminuição da inflação é fruto de um projeto de lei que limitou a tributação sobre combustível, energia elétrica e telecomunicações. Isso permitiu que a inflação diminuísse de dois dígitos para um dígito.

Nós temos hoje a segunda maior taxa de juros do planeta. É inadmissível que essa medida, que deveria ser utilizada pelo Banco Central de maneira transitória, esteja se perpetuando. Parece que no Brasil é proibido gerar emprego. Parece que no Brasil é proibido gerar desenvolvimento, aquecer a indústria, o comércio, o serviço e o campo, como ocorre hoje, mesmo com as medidas do Banco Central.

Tem-se falado muito, no dia de hoje, sobre o déficit público. Nós brasileiros e brasileiras pagamos, no ano passado, em torno de 1 trilhão de reais de serviços e custos da dívida. Por que isso ocorreu? Todas as vezes que se aumenta a taxa de juros, aumenta-se o custo da dívida. A quem isso interessa? Interessa a esse dito mercado, que diuturnamente tem feito críticas à questão fiscal, que não está errada, mas precisa ser enfrentada. No entanto, deve haver responsabilidade com a política de juros no Brasil. Isso recai mais uma vez nos ombros de quem? Do pobre, do trabalhador, que verdadeiramente paga essa conta.

Então, Deputado Dr. Zacharias, chegou a hora de buscarmos uma solução. É inaceitável que países com uma economia destrocada tenham uma taxa de juros inferior à taxa de juros do Brasil. Por que há essa contribuição tão alta da questão fiscal? Porque os trabalhadores, o povo brasileiro, estão pagando 1



trilhão de reais de custos e serviços da dívida.

É importante que o Presidente do Banco Central venha a esta Casa e esclareça isso. Nós não precisamos viver nessa encruzilhada. Eu defendo o pleno emprego. Eu defendo o desenvolvimento, a geração de emprego e renda, mas defendo também que a gente corte incentivos fiscais. Hoje, no Brasil, nós temos mais de 800 bilhões de reais em incentivos fiscais. Isso precisa ser revisto urgentemente.

Na Comissão de Finanças e Tributação, foi instituído um grupo de trabalho para fazer os estudos e oferecer uma proposta até setembro, no segundo semestre, à Câmara dos Deputados, para que nós possamos votar e dar a nossa contribuição para o povo brasileiro.

Da mesma feita, é chegada a hora de o Governo rever gastos, rever despesas, rever estrutura. Deputado Charles, Deputado Orlando Silva, hoje, no País, quase ninguém utiliza telefonia fixa. Todo mundo utiliza telefonia móvel. Nós precisamos de uma empresa estatal cuidando da telefonia? Quem cuida disso é o setor privado. Por que o Governo precisa de uma empresa de comunicação se ninguém assiste a nada dessa empresa? Não há traços de audiência.

É preciso que o Governo reveja isso. Nós também precisamos tomar medidas e cobrar.

Vejamos o seguinte: já não basta essa taxa de juros escorchantes, que se sobrepõe ao povo brasileiro e ao setor produtivo? No Reino Unido, a taxa dos juros do crédito rotativo é 22%; na Espanha, entre 20% e 30%; na Venezuela, cuja economia está destrozada, 29%; aqui, 434,40%. Eu disse 434%, Deputado Orlando Silva. Isso é inaceitável! Isso é um assalto! Isso que é praticado pelos bancos e pelo mercado financeiro é pior do que agiotagem. A sanha e a ganância são insaciáveis. Eu estou falando dos 434,4% que são cobrados de juros do crédito rotativo. Nós precisamos dar um basta definitivo a essa situação, porque o povo brasileiro não aguenta mais ser explorado, e, infelizmente, a exploração se dá de forma oficial, como nós vimos.

Eu vejo muito quererem creditar a alguém o escândalo da corrupção no INSS. Particularmente, não acredito, Deputado Orlando Silva, que um Presidente da República tenha se sentado com sindicato ou dirigente sindical para fazer aquilo, mas nós estamos falando de um valor da ordem de 6 bilhões de reais.

Pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, só em 2023, em termos de consignados, sem autorização do tomador, sem o tomador saber, ocorreram 35 mil operações, no valor de 90 bilhões de reais. Na maioria das vezes, Deputado Zacharias, esse tomador nem sabia que tinha contratado um empréstimo consignado. Eu pergunto: como esse banco sabia do limite? Como esse banco sabia quem era o beneficiário? Como esse banco sabia que a pessoa estava apta a receber o consignado? E como ele o fez sem autorização? Esse é um escândalo muito maior do que o desconto indevido. Não que se diferencie um



roubo menor de um roubo maior.

No segundo semestre, nós teremos, neste Parlamento, neste Congresso Nacional, a CPI do INSS. E por que eu faço referência a isso? Porque se há instituição no País que eu não vejo dar prejuízo é banco, é mercado financeiro, seja com inflação, seja sem inflação, seja com recessão, seja sem recessão. E nós, no Parlamento, precisamos avançar nessa pauta.

Eu não sou contra ninguém, o mercado é importante, mas nós temos que regular, nós temos que impor limites, porque as condições estabelecidas no País são inaceitáveis. E isso não faz bem a ninguém. Todas as vezes que se fala sobre custo do crédito no Brasil, a que isso se refere? À inadimplência. Mas em empréstimo consignado do INSS a inadimplência é zero. Tanto é que assim foi feito. E foi feito por quê? Porque o cidadão que usa sandália de dedo muitas vezes não consegue nem entrar em uma agência bancária, quanto mais tomar um empréstimo ou sentar à mesa do gerente. Mas, no caso do INSS, só em 1 ano, 90 bilhões de reais foram emprestados por meio de consignados para beneficiários da Previdência Social.

Dito isso, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e dizer que, no que se refere à economia, nós temos avançado ao longo dos anos, mas precisamos avançar mais, porque o Brasil precisa do Parlamento. Da mesma forma que este Parlamento tem buscado protagonismo no Orçamento, nós precisamos dar a nossa contribuição, seja no que diz respeito à reforma administrativa, seja no que diz respeito à reforma previdenciária, seja no que diz respeito e à reforma tributária.

Nós precisamos avançar, porque o Brasil tem urgência e não pode esperar. Um país tão desigual como o nosso não pode continuar com essas práticas que sobrecarregam o trabalhador e o pobre.

Dito isso, agradeço a V.Exa. e solicito que minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 8/12

124.2025	Sessão Ordinária - CD	08/07/2025-21:08
Publ.: DCD - 09/07/2025 - 197	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado rebateu afirmações feitas pelo Parlamentar Mendonça Filho, refutando que o PSOL teria agido sob orientação do PT ou do Governo ao ingressar judicialmente contra o Projeto de Decreto Legislativo que suspendeu



o aumento do IOF. Afirmou que o Partido age com autonomia, mesmo integrando a base governista, e que sua ação foi fundamentada no entendimento constitucional de que cabe ao Executivo definir alíquotas do imposto. Em seguida, contestou a leitura feita da pesquisa Atlas Intel, assinalando que os dados apontam empate técnico entre Lula e Bolsonaro, crescimento na avaliação do Ministro Haddad e redução da rejeição ao Presidente da República. Ressaltou ainda que pesquisas devem ser interpretadas com cautela e sem distorções. Por fim, defendeu a justiça tributária e cobrou coragem para enfrentar a reforma da tributação sobre a renda, criticando a defesa de privilégios por setores da elite econômica e pregando mais humildade no debate político.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Veras, quero me dirigir especialmente ao Deputado Mendonça Filho, que cometeu, talvez involuntariamente, uma grave ofensa ao Partido Socialismo e Liberdade.

Disse V.Exa. — estou olhando em sua direção, pela nossa relação amistosa de décadas — que o PT, ou o Governo, pediu para o PSOL entrar na Justiça contra o decreto que suspendeu o aumento do IOF. Isso é falso, é mentiroso, é leviano até. O PSOL não age de acordo com o que outro partido manda. Nós fazemos parte da base do Governo, mas temos uma posição muitas vezes crítica em relação à condução do Governo. Isso poderá ser visto, inclusive, se, eventualmente, for votado o aumento de cargos comissionados no STF.

Não sei qual é a posição do Governo, mas nós decidimos, com absoluta autonomia, por considerarmos que é direito constitucional do Executivo, qualquer que seja o Governo — e os Governos anteriores fizeram o mesmo —, definir as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras. Portanto, não consultamos o Governo nem o Governo opinou quanto à nossa iniciativa, que antecedeu a decisão da AGU, toda cheia de dedos, em 3 dias ou 4 dias. Então, não teve nada disso de o PT ou o Governo pedir para o PSOL agir, já que não queria entrar nessa ou se queimar. Isso não é absolutamente verdade. E o Deputado Mendonça sabe que eu não fico falando bravata nem inventando falsidade. É uma realidade da vida. Nós temos autonomia sendo da base do Governo.

Segundo aspecto. Eu fui ler a pesquisa Atlas Intel agora. Peço a V.Exas. que consultem tudo isso. Foi feito um discurso gongórico aqui, dizendo que o Governo acabou, que Lula está derrotado. De fato, quando se simula um segundo turno, Bolsonaro tem 46% e Lula tem 45%. É um empate técnico. E, depois, contra outros adversários, porque Bolsonaro está inelegível, a vitória de Lula não é nem margem de erro, vejam lá. Mas diz essa mesma pesquisa — mas aí não interessa publicar — que Haddad tem a melhor avaliação deste ano como Ministro, cresceu três pontos percentuais. Lula também diminuiu a rejeição e está quase chegando de novo ao empate entre aprovação e desaprovação.



Portanto, pesquisa não é um Oráculo de Delfos. É um elemento para orientar a posição política. Não vamos fazer leitura interessada e desvirtuada do que elas dizem. Vamos trabalhar politicamente, inclusive de acordo com a realidade da sociedade brasileira, que tem, sim, super-ricos, milionários, bilionários, interesses que são defendidos aqui legitimamente numa democracia.

Há muitos pobres e miseráveis que precisam de justiça tributária. É isso que devemos buscar, não apenas no IOF, um elemento menor nessa busca de justiça tributária, mas, aí sim, fazendo a reforma tributária sobre a renda, o que temos dificuldades de enfrentar. E alguns aqui defendem, pela origem de classe, privilégios da casta. E muita gente também — a história mostra isso — acabou traindo a própria classe, desvirtuando isso. Ninguém tem o monopólio da pureza e da verdade absoluta. Um pouquinho de humildade faz bem, como canja de galinha.

Obrigado.

Documento 9/12

128.2025	Sessão Ordinária - CD	10/07/2025-11:40
Publ.: DCD - 11/07/2025 - 80	Chico Alencar-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado rebateu críticas sobre uma suposta aproximação do Brasil com o Irã, afirmando que a política externa brasileira segue o princípio da não intervenção em assuntos internos. Condenou a tarifa de 50% imposta por Donald Trump sobre produtos brasileiros, classificando a medida como agressiva e prejudicial à economia nacional. mencionou que apenas 12% das exportações brasileiras têm os EUA como destino e destacou que até setores conservadores, como o economista Paul Krugman e o jornal O Estado de S. Paulo, criticaram a decisão, chamando-a de “coisa de mafiosos”. Ao final, afirmou que a medida norte-americana é um ataque à soberania e não deve desviar o foco da urgência da reforma tributária no Brasil.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meu caro Deputado Luiz Lima, eu não entendo o que V.Exa. chama de aproximação do Governo brasileiro com a República Islâmica do Irã, cujo regime nós criticamos muito e repudiamos. Tudo isto é verdade: há perseguição a mulheres e homossexuais nesse Estado teológico, como em outros também há.

O Brasil tem uma política externa tradicional de não intervenção em assuntos



internos, inclusive na relação bicentenária com os Estados Unidos.

Não é o caso de ficar discutindo a relação mais recente com o Irã. Na verdade, Trump não faz essa sanção punitiva esdrúxula contra a economia brasileira e contra o País por causa do Irã. Uma das motivações pode ser o BRICS, que nós defendemos. O mundo hoje é multilateral. Os Estados Unidos não são mais os donos do mundo.

No campo conservador, Paul Krugman, um economista que todo mundo conhece, critica essa tarifa de 50% que o megalomaníaco Trump impõe ao Brasil, chamando-a de maligna e megalomaníaca. O jornal conservador tradicional, que tem uma valorosa equipe de jornalistas, mas é o jornal da aristocracia paulista, *O Estado de S. Paulo*, que bate no Lula à vontade e, às vezes, com razão, fez um editorial chamado *Coisa de mafiosos*, no qual critica com muita veemência, maior do que a nossa aqui, esse conluio do bolsonarismo ou do Eduardo Bolsonaro, que está lá licenciado da sua função de Deputado, em vez de exercê-la aqui, e do Trump, para produzir esse dano, esse ataque ao País.

Esse ataque não vai ser exitoso, até porque — é bom lembrar — apenas 12% das exportações brasileiras vão para o comércio com os Estados Unidos. Então, eles já não estão com essa bola toda.

O empresariado dos Estados Unidos está de olho no consumo. Se crescer o preço do suco de laranja, que depende muito das exportações brasileiras, a população vai reclamar. Ela já não vê com bons olhos essa política econômica, que não respeita qualquer acordo internacional, do Trump. O empresariado brasileiro, inclusive do agro, também está reclamando.

Então, é um absurdo. Defender isso é algo, para mim, incompreensível para quem tem racionalidade e bom senso. Essas medidas são agressivas, fora de lugar, violentas, contra a Nação brasileira.

Vamos voltar, também, ao tema da reforma e justiça tributária no Brasil, que é muito urgente e não podemos esquecer, como alguns querem.

Documento 10/12

131.2025	Sessão Ordinária - CD	14/07/2025-20:52
Publ.: DCD - 15/07/2025 - 110	André Figueiredo-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação do projeto sobre a transformação da Lei de Incentivo ao Esporte em política permanente, destacando seu papel como um dos autores da proposta e sua trajetória como primeiro Secretário de Esporte e



Juventude do Ceará. Recordou a articulação multipartidária ocorrida após a votação da reforma tributária, que contou com o apoio do então Líder Hugo Motta. Além disso, afirmou que a medida representa uma vitória para o Congresso Nacional, para o esporte brasileiro e para atletas olímpicos e paraolímpicos, reforçando que a perenidade da lei impulsionará o desempenho do País no cenário esportivo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Na qualidade de um dos autores deste projeto e de primeiro Secretário de Esporte e Juventude do Estado do Ceará, sinto-me muito feliz em ver esta grande ação, que envolveu Parlamentares de todos os aspectos ideológicos, que se reuniram na sala da Liderança da Maioria logo depois da votação da reforma tributária no ano passado. O Presidente Hugo Motta, então Líder do Republicanos, foi um dos Deputados que nos deram aval para montar a Comissão Especial e hoje tornar realidade a Lei de Incentivo ao Esporte como algo permanente, sem concorrência com outras isenções, que são igualmente meritórias.

Esta foi uma vitória de todo o esporte brasileiro, do Congresso Nacional, de grandes atletas olímpicos e paraolímpicos, de jovens, homens e mulheres que, tenho absoluta certeza, agora, com a perenidade da Lei de Incentivo ao Esporte, vão fazer o Brasil cada vez mais vitorioso.

Documento 11/12

134.2025	Sessão Ordinária - CD	15/07/2025-21:08
Publ.: DCD - 16/07/2025 - 177	Baleia Rossi-MDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado, relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, reiterou seu compromisso com o municipalismo ao defender a proposta, já que amplia os recursos destinados aos Municípios para investimentos em políticas públicas essenciais. Ressaltou a importância da reforma tributária (PEC nº 45, de 2019) anteriormente aprovada e destacou a origem, no Senado Federal, da PEC 66, além da aprovação unânime naquela Casa. Ademais, agradeceu o apoio do Presidente da Câmara, de Prefeitos, Vereadores e entidades como a Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos. Por fim, citou o trabalho em equipe da Comissão Especial e agradeceu a contribuição técnica dos consultores legislativos da Câmara.



O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para defender mais uma vez uma proposta de emenda à nossa Constituição. Eu lembro que, na última oportunidade em que estive aqui, defendi a PEC 45, que foi a reforma tributária. Sem dúvida, foi uma das matérias mais importantes que este Parlamento votou nesta legislatura, uma matéria estruturante, sob a relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, com a contribuição de todo este Parlamento. Depois de 40 anos, nós deliberamos uma reforma tributária que vai fazer com que a nossa economia volte a crescer, gerando emprego e renda.

Hoje volto aqui como Relator da PEC 66, que é a PEC das cidades. Queria agradecer a indicação por parte do Presidente Hugo Motta para eu ser Relator. Apesar de ser Presidente Nacional do MDB e de ter bastante atividades, eu fiz questão de pedir esta relatoria ao meu Líder, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., porque sou um Deputado municipalista, porque o MDB, partido que eu represento, que presido no âmbito nacional, é um partido municipalista.

Eu tenho certeza de que a votação desta PEC 66 vai ser um divisor de águas para que os Municípios tenham recursos para investir nas políticas públicas de ponta, algo que interessa ao cidadão. Trata-se de investir na educação, de investir na saúde, de investir na segurança pública, de investir na mobilidade. Ao fim, nós vamos dar ao cidadão brasileiro o direito de exigir melhores políticas públicas do seu Prefeito e dos seus Vereadores.

Queria enaltecer a contribuição deste Parlamento. Ninguém é dono da verdade, ninguém faz nada sozinho. Toda vez que chega uma proposta, esta Casa a modifica e a melhora. Foi assim na Comissão Especial. Nós tivemos seis emendas apresentadas. Como Relator, eu pude admitir cinco delas. Portanto, a contribuição de Deputados e Deputadas desta Casa é fundamental para a gente votar esta que é a pauta municipalista mais importante desta legislatura.

Queria agradecer e ressaltar a participação e a condução dos trabalhos, na Comissão Especial, do Deputado paraibano Romero Rodrigues, que foi Prefeito de Campina Grande. Eu digo sempre que os Deputados que tiveram a oportunidade de ser Prefeitos têm uma visão melhor dos problemas reais da população. E o Deputado Romero Rodrigues contribuiu muito com serenidade, com paciência para ouvir a todos e com a experiência de quem foi um executor, na ponta, das políticas públicas municipais.

Queria agradecer à Ministra Simone Tebet, que também contribuiu, com a sua visão, para a responsabilidade fiscal, social e humana.

É importante ressaltar que a PEC 66 tem origem no Senado Federal, é de autoria do experiente Senador Jader Barbalho, que já foi quase tudo em sua vida pública. É um municipalista e contribuiu muito para que chegasse até aqui essa pauta, que teve votação unânime no Senado Federal. Eu tive, ao lado do Presidente Hugo Motta, a oportunidade de dialogar com o Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, para que as mudanças propostas ao



texto, que eu acredito que melhoraram ainda mais a PEC que veio do Senado, tenham também a sua concordância, o que vai facilitar o avanço dessas contribuições.

Queria dizer que essa PEC ajuda quem tem precatórios a receber, porque, além de garantir o recurso, pune os Prefeitos que, porventura, não façam os pagamentos. Os precatórios alimentares de pessoas idosas estão garantidos com prioridade. Os de menor valor também vão ser pagos imediatamente.

Nós estamos garantindo os investimentos na saúde e na educação. A saúde é algo fundamental. É necessário apoiar o SUS e a nossa rede de saúde, que salvam vidas. A educação se comunica com o futuro das nossas gerações.

Queria, por fim, agradecer aos partidos que retiraram os seus destaques, especialmente o PL. Todos eles contribuíram para que chegássemos até aqui e votássemos a PEC dos Municípios, para garantir que todos os Municípios brasileiros tenham condições de investimentos reais naquilo que interessa. Quem é municipalista sabe que o problema está no Município e a melhor solução para os problemas dos cidadãos, também. Portanto, ao garantir recursos para as políticas de ponta, eu tenho certeza de que estamos fazendo justiça, estamos fazendo o bem.

Eu agradeço a Deus a oportunidade de relatar esta matéria.

Gostaria de fazer menção à Confederação Nacional de Municípios e ao Paulo Ziulkoski, que trabalhou muito — aliás, foi quem sugeriu ao Senado esta PEC —, e à Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, que também colaborou muito, inclusive com mudanças no texto — contamos com a presença do Prefeito Ricardo Nunes, da maior cidade da América Latina. Gostaria de cumprimentar todos os Prefeitos, todas as Prefeitas, todos os Vereadores e todas as Vereadoras que contribuíram, falando com os Parlamentares, convencendo os Deputados de que a votação da PEC 66 seria algo extraordinário para o povo brasileiro.

Agradeço, por fim, a todos os consultores legislativos da Câmara Federal. Na Comissão Especial, eu falei da qualidade técnica de todos os consultores. Em nome do Leonardo Rolim, em nome do Vinícius Andreoli, queria agradecer de coração o suporte, a colaboração de todos os consultores. Nós chegamos a esse texto porque eles colaboraram e muito com a sua técnica, com as suas *expertises*. Eu disse ainda que os consultores legislativos aqui são tão preparados que um deles se tornou Governador do maior Estado do Brasil, que é o Tarciso de Freitas, que é consultor legislativo aqui na Câmara Federal. Portanto, muito obrigado.

Encaminhamos o voto "sim". Nós admitimos as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6 e a rejeição da Emenda nº 5.

Muito obrigado, Presidente Hugo Motta. Parabéns pela condução dos trabalhos e pelo apoio que V.Exa. deu para que a gente pudesse chegar, antes do recesso,



votando essa PEC, que é um presente para todo cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 12/12

136.2025

Sessão Ordinária - 16/07/2025-10:00
CD

Publ.: DCD - 17/07/2025 - Rubens Pereira Júnior-PT -MA
512

ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, com transição prevista até R\$ 7.350. Informou que a medida alcançou mais de 20 milhões de brasileiros, aliviando a carga tributária sobre os trabalhadores de menor renda e promovendo maior justiça fiscal. Destacou que a ampliação também instituiu alíquotas progressivas para rendas mais altas, chegando a até 10% para ganhos acima de R\$ 1,2 milhão por ano. Destacou o compromisso do Congresso e do Governo Federal com um sistema tributário mais justo, além da manutenção da isenção sobre lucros e dividendos até o fim do ano, com tributação prevista a partir do próximo exercício. Por fim, ressaltou como um avanço no combate às desigualdades e um marco na valorização do trabalho.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

É com profundo sentimento de responsabilidade e esperança que, na qualidade de presidente desta Comissão Especial, venho à tribuna celebrar um marco histórico, uma vitória inestimável para o povo brasileiro. Hoje, com a aprovação unânime do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, damos um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equânime, resgatando a dignidade do trabalho e o reconhecimento do esforço daqueles que labutam diariamente para o



progresso de nossa nação.

Permitamo-nos contextualizar: desde tempos imemoriais, a tributação tem sido instrumento crucial para o fortalecimento do Estado e para a promoção do bem comum. Contudo, a justiça fiscal é imperativa para que não se sobrecarregue desproporcionalmente quem menos tem, preservando o equilíbrio e a esperança no contrato social. O Brasil, em sua complexa trajetória política e econômica, tem enfrentado desafios expressivos nesse quesito. O presente reforma ora aprovada ressoa como uma resposta concreta às aspirações legítimas da sociedade por um sistema tributário que respeite a capacidade contributiva e ampare os trabalhadores de menor renda, ampliando seu poder de consumo e alavancando o crescimento econômico inclusivo.

Os números são reveladores. Atualmente, apenas os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos estão isentos do Imposto de Renda, o que equivale a pouco mais de R\$ 3 mil. Ao elevarmos a isenção para R\$ 5 mil e abrirmos uma transição gradual até R\$ 7.350, alcançamos mais de 20 milhões de brasileiros e brasileiras, devolvendo-lhes parte do suado rendimento que legítima e justamente lhes pertence. E mais: a ampliação dessa faixa beneficiará diretamente cerca de 500 mil pessoas a mais, reafirmando nosso compromisso inequívoco com aqueles que compõem a base da pirâmide social.

Nesta decisão não houve ingenuidade, mas firme análise econômica e política. A medida foi concebida e negociada com o equilíbrio necessário para preservar a arrecadação do Estado, alavancando a justiça social sem comprometer os investimentos públicos essenciais. Para isso, estabelecemos uma alíquota extraordinária para os rendimentos mais elevados – até 10% para quem ganha acima de R\$ 600 mil anuais, atingindo sua máxima incidência em rendas superiores a R\$ 1,2 milhão por ano. Tal progressividade é fundamento da justiça fiscal, ecoando os princípios constitucionais que regem nosso país e reafirmando a solidariedade tributária entre as diferentes camadas sociais.

Destaco, ainda, a sábia decisão de manter até o final deste ano a atual isenção de imposto sobre lucros e dividendos, com previsão para sua cobrança a partir do exercício seguinte, garantindo previsibilidade e segurança jurídica ao ambiente de negócios, ao mesmo tempo em que se busca a necessária atualização tributária para o século XXI.

Permitam-me citar o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula



da Silva, cujo governo tem demonstrado sensibilidade e coragem para promover reformas estruturantes de alcance social profundo. O compromisso do Executivo e deste Parlamento evidencia que o Brasil está no caminho certo, colocando seus recursos em favor do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades históricas.

Por fim, nobres colegas, conclamo a todos a enxergarem nesta aprovação mais do que um ato legislativo: um gesto de solidariedade nacional, um passo rumo à construção de uma nação onde o trabalho seja valorizado e o sustento familiar dignificado. Que esta Casa mantenha-se unida e firme na missão de garantir direitos e oportunidades para todos, perseverando na tarefa de tornar o Brasil um país mais justo, próspero e igualitário.

Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro! E que prossigamos juntos, com coragem e sabedoria, na defesa dos interesses legítimos da nossa pátria amada.

Muito Obrigado.

Era o que tinha a dizer.